

15.outubro.2012 – 11h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

Entidade: Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e European University Association (EUA)

Professores António Rendas (Presidente do CRUP), Jean-Marc Rapp (ex-Reitor da Universidade de Lausanne e ex-presidente da EUA), Carles Solà (ex-Reitor da Universidade Autònoma de Barcelona), Andrea Blättler (Membro da Comissão Executiva da União dos Estudantes Suíços e da União Europeia de Estudantes); Pedro Teixeira (Docente na Universidade do Porto e investigador no Centro de Investigação de Políticas de Ensino Superior – CIPES) e Howard Davies (Relator e consultor da EUA).

Recebido por: Deputados Nilza de Sena (Vice-Presidente) e Miguel Tiago (PCP)

Assunto: Caraterização da Rede de Ensino Superior / desafios futuros.

A Sra. Deputada Nilza de Sena dirigiu as boas-vindas à delegação, em nome do Presidente da Comissão de Educação, Ciência e Cultura, e agradeceu a sua presença.

O Sr. Presidente do CRUP agradeceu a concessão da audiência e fez uma breve apresentação do estudo que está a ser desenvolvido pelo CRUP, em parceria com a EUA, com o objetivo de aferir e identificar as condicionantes que se colocam hoje ao sistema de ensino superior em Portugal, de forma a permitir uma perceção objetiva das reorientações de que, eventualmente, carece, para melhor sustentar os seus desafios. De entre as questões que estarão em análise, destacam-se a racionalização, a empregabilidade, a internacionalização, a inovação, a competitividade e o financiamento. Para o efeito, a EUA desenvolveu um plano de trabalho, com início marcado para outubro, e que inclui a participação dos principais interlocutores nesta área: alunos, sindicatos, membros do Governo, Deputados, reitores, professores.

Com esta audiência, que se insere no referido plano de trabalho, pretendem conhecer a posição dos Srs. Deputados sobre algumas matérias relativas ao ensino superior em Portugal, tendo os membros da delegação colocado questões concretas, de entre as quais se destacam as seguintes:

- Quais as principais funções da Comissão de Educação, Ciência e Cultura?
- Qual a opinião dos Deputados em relação ao atual sistema de ensino superior em Portugal?
- Que modelo de racionalização defendem?
- Como avaliam o exercício da regulação do ensino superior?
- Estão conscientes dos constrangimentos que se registam na transição do ensino secundário para o superior? Como poderão ser ultrapassados?
- Que propostas defendem para a reorganização da rede?
- Qual a situação dos estudantes do ensino superior no atual contexto?

Em resposta às questões colocadas, a Sra. Deputada Nilza de Sena (PSD) fez uma breve síntese das funções e da atividade da Comissão e, referiu-se ao que considera serem os dois maiores problemas com que se debate, há alguns anos, o ensino superior em Portugal: por um lado o financiamento e, por outro, a organização e racionalização da rede. Em relação ao financiamento, deu conta do modelo em vigor, que prevê receitas do Orçamento do Estado e

receitas próprias e defendeu que deverá ser dada maior autonomia às instituições de ensino superior (IES), que deverão ser distinguidas em função dos resultados.

Chamou ainda a atenção para a necessidade de reorganização da rede e de rentabilização dos recursos, de forma a evitar a replicação da oferta de cursos em instituições com uma grande proximidade geográfica. A este propósito, afirmou que o Governo está a trabalhar nesta matéria e deverá apresentar uma proposta concreta, a partir do diagnóstico entregue recentemente pela Agência.

Defendeu ainda a necessidade de uma maior regulação, entendendo que compete à Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior fazer o diagnóstico da situação, mas também apurar responsabilidades e consciencializar os decisores políticos para os problemas detetados.

A Sra. Deputada disse ainda conhecer as dificuldades que se verificam na transição do ensino secundário para o superior, defendendo a necessidade de alteração dos métodos naquele nível de ensino, que se baseiam, predominantemente, na memorização. Considerou também que o Processo de Bolonha veio acentuar este problema, que se percebe hoje também no 2.º ciclo.

Por último, e referindo-se à situação dos estudantes, considerou que a questão das bolsas de ação social constitui uma das preocupações dos Deputados da Comissão, pese embora reconheça a impossibilidade de, na atual conjuntura, responder a todos os pedidos dos estudantes.

O Sr. Deputado Miguel Tiago (PCP) fez referência à composição e principais funções da Comissão. Relativamente às posições dos Deputados sobre esta matéria, lembrou que os grupos parlamentares têm opiniões diversas na avaliação que fazem da atual situação. Entende que se regista um movimento de elitização do ensino superior, dadas as dificuldades financeiras das famílias e a ausência de resposta por parte do Governo, no que à ação social diz respeito. Fez ainda alusão às propinas no 1.º e 2.º ciclos, considerando que se trata de uma situação ilegal, que contraria os preceitos da Constituição.

No que diz respeito à rede, defendeu um sistema unitário, com a possibilidade de duas vias de qualificação: uma predominantemente técnica e outra predominantemente académica. Afirmou que não existem demasiadas universidades públicas, como se anuncia, e lamentou a desvalorização do ensino politécnico em Portugal, por entender que estes institutos são fundamentais para o desenvolvimento regional e local do nosso País. Considerou ainda indispensável elevar a qualidade de todas as instituições de ensino superior, e não apenas de algumas, e defendeu que estas, pese embora possam prestar alguns serviços, não deverão funcionar como empresas, baseadas num modelo competitivo.

Pronunciou-se, por último, sobre a anunciada alteração ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES), considerando que, a existir, deverá ser objeto de um amplo debate, com a participação dos vários intervenientes, incluindo os estudantes.

A documentação da audiência, incluindo a gravação áudio, encontra-se disponível, para consulta, na [página da Comissão, na internet](#).

Palácio de São Bento, 15 de outubro de 2012

A assessora da Comissão
Cristina Tavares